



PARECER N° : 0801.011/2026 - TA/CGM

MODALIDADE : DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 2022.0107.002

INTERESSADO : FUNDO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA/PA E A PESSOA JURÍDICA ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SANTA ANA.

ASSUNTO : ANÁLISE ACERCA DO 4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE NUMERAÇÃO 22/-0112-007-SEMED DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 2022.0107.002 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA, ANEXO AZIMAR ALMEIDA, LOCALIZADA NA AVENIDA CASTELO BRANCO, N° 504, BAIRRO JARDIM SANTA ANA, ALTAMIRA/PA.

PARECER TÉCNICO - CONTROLE INTERNO

Preliminarmente, a **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA - CGM**, por meio de servidor nomeado a exercer o cargo de Controlador Geral (**Decreto n° 037/2025**), ao adotar rotinas de trabalho inerente a todo e qualquer Controle Interno, promove a fiscalização dos atos da administração, fundamentando-se nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, alertando desde já que ao detectar possíveis irregularidades insanáveis em procedimentos licitatórios ou na execução orçamentária e financeira efetivamente realizada, por imposições constitucionais, encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará aos Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Trata-se da análise deste setor de Controle Interno quanto **4º Termo Aditivo de Prazo e reajuste de Valor do Contrato Administrativo n° 22/0112-007-SEMED da Dispensa de Licitação N° 2022.0107.002**, celebrado entre a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTAMIRA/PA** e a Pessoa Jurídica **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM SANTA ANA, CNPJ: 05.357.814/001-00**, que tem como objetivo a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do contrato do supracitado, ato esse fundamentado nos artigos 57, II, §2º e 65 da lei n° 8.666/93.

Salienta-se que os autos foram instruídos com a solicitação e justificativa de prorrogação de vigência contratual e reajuste de valor exposto pela **Sra. Keila Marcia Da Silva Pedrosa - Secretária Municipal de Educação - Decreto n° 007/2025**, juntamente com a autorização, aceite, contrato, portaria e parecer do fiscal, dotação



orçamentária e documentação de qualificação fiscal e trabalhista da pessoa jurídica acima citada.

Após análise da Assessoria Jurídica manifestando-se favoravelmente ao pleito realizado através do parecer jurídico proferido pelo **Dr. Pedro Henrique Costa de Oliveira – OAB/PA nº 20341**, os autos foram encaminhados a esse Controle Interno para manifestação acerca dos procedimentos até aqui adotados a fim de resguardar a Administração Pública por meio de orientações, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados.

É o breve relatório.

1. RAZÕES E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL TERMO ADITIVO:

O Procedimento de Aditivo Contratual está regulado pela Lei de Licitação de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a qual institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, XXI, da Constituição Federal, normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Desta forma, percebe-se que os contratos estão ativos até a data **14/01/2026** e os procedimentos administrativos para a ocorrência da prorrogação contratual, ocorreram em tempo hábil, ou seja, antes do fim da vigência do contrato inicial.

Com relação ao Reajuste Contratual não ser uma alteração contratual, entendemos que poderia ser realizado via Apostilamento ao Contrato. Nesse contexto, os Termos Aditivos são realizados somente quando há alteração contratual, conforme reza o Artigo 65 da Lei nº. 8.666/1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;



b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Claramente, não se verifica qualquer disposição acerca de eventual alteração cadastral da Contratada. Mais à frente, o §8º nos ensina:

§8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Nesse sentido, o presente termo de aditamento encontra-se amparo legal no Artigo 40, inciso XI, bem como, ilustra no art. 65 da lei de licitações e contratos nº 8.666/93, Vejamos:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:



XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Conforme a legislação acima reproduzida, a atualização do valor do contrato se justifica diante da possibilidade do reajuste contratual com base na correção monetária, tendo como base, a previsão contratual e observando os limites estabelecidos em lei.

Portanto, se torna necessário o reajuste, tendo o valor mensal passado de **R\$ 2.500,00** (Dois mil e quinhentos reais) para **R\$ 2.606,61** (Dois mil seiscentos e seis reais e sessenta e um centavos), conforme demonstrado em anexo, se tornou razoável reajustar o preço afim de manter as mesmas condições pactuadas anteriormente.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pela Escola Azimar Almeida, bem como evitar prejuízos ao atendimento dos alunos e à prestação do serviço público educacional, faz-se necessária a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 22/0112-007-SEMED-PMA pelo período de 12 (doze) meses, mantendo-se o funcionamento da unidade escolar no imóvel atualmente utilizado, em observância ao interesse público e à continuidade do serviço essencial de educação.

Da mesma forma, torna-se necessário o reajuste do valor contratual, em conformidade com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), visando recompor as perdas inflacionárias do período e preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ficou demonstrada nos autos, a existência de Dotação Orçamentária. Quanto a documentação de qualificação fiscal, social e trabalhista, foi constatado que a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal encontra-se "ausentes".

Por fim, quanto a vantagem econômica da prorrogação, os procedimentos adotados até aqui pela gestão demonstram claramente a vantagem econômica em promover o aditamento dos contratos pelo período de **15/01/2026** a **15/01/2027**, já que se trata de contrato com saldo contratual.

2- CONCLUSÃO:

Ante ao exposto, e, fundamentando-se sobremaneira no Parecer Jurídico pelo **Dr. Pedro Henrique Costa de Oliveira - OAB/PA nº 20341**, este Controle Interno manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do feito, com a devida publicação do **4º Termo Aditivo de Prazo e**



reajuste de Valor do Contrato Administrativo nº 22/0112-007-SEMED da Dispensa de Licitação Nº 2022.0107.002. Observando-se para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação dos referidos atos na imprensa oficial e Mural do Jurisdicionados TCM/PA.

Segue os autos para a Coordenadoria de Licitações e Contratos para demais procedimentos cabíveis.

Altamira/PA, 08 de janeiro de 2026.

JOSEANE RIFFEL SCHMIDT

Controladora Geral do Município de Altamira
Decreto nº 037/2025

